

A falsa ingenuidade de Herculano

As debilidades e incoerências do romance histórico romântico não são novidade para quem se habituou a ler Walter Scott, Víctor Hugo, Garrett, Camilo ou Herculano. A insistência dos autores de oitocentos na veracidade do narrado (de que são exemplos as inúmeras notas de rodapé ou de fim de texto, os prefácios ou posfácios), bem como o detalhe excessivo, a hiperpormenorização de descrições de cidades, indumentárias e costumes escondem a incapacidade real de reproduzir o passado, de conseguir aquilo a que, aparentemente, os escritores se propunham: a recriação de outras eras, a fim de ensinar História à burguesia saída das mudanças provocadas pela alteração da conjuntura sócio-política europeia. São vários os estudiosos que, de uma forma ou de outra, se debruçaram sobre este modo de utilizar os dados históricos, ressaltando anacronias várias (Fernández Prieto 1998), de entre as quais a mais flagrante é, sem dúvida, a da falta de correspondência entre o ambiente minuciosamente trabalhado e as personagens, definitivamente românticas. Abundam nos textos de Herculano, como aliás, nos de Garrett ou Camilo, as mulheres-anjo, os heróis impolutos ou os caracteres malditos, excluídos de espaços morais aceitáveis. A história de costumes, de que fala Isabelle Durand-Le Guern (Durand-Le Guern 2005), ou a ressurreição de tempos idos são perseguidas pelos romancistas que se estribam numa veracidade que, por vezes, nem chega a ser verosímil. Certas inconsistências no tratamento do material histórico e nas afirmações contidas em paratextos revelam-se mais significativas do que os seus autores gostariam. A tendência crescente

para o romanesco (Ansel 2000: 110-117), a tentação de ceder ao gosto da época e de o aliar à seriedade do historiador, como se nota nos deslizos de características góticas ou de romance negro ou de terror (Durand-Le Gurn 2005; Belhadjin 2008: 205-219), impedem escritores como Alexandre Herculano de criarem um discurso objectivo e científico, cujas exigências, com certeza, lesariam a componente expressamente literária.

São várias as referências, de sinal contraditório, que encontramos nos três romances de Herculano que nos propusemos estudar. Numa obra já antiga (Marinho 1999), demonstrámos como, apesar das atestações contínuas de veracidade, Herculano tinha consciência da sua impossibilidade, desculpando-se, de forma elegante e convincente, de pequenas incongruências ou faltas de rigor. No entanto, e apesar da estudada desculpabilização na reconstituição de ambientes, de que é exemplo *Eurico o Presbítero*, dado o escasso conhecimento que se tem da história peninsular do século VIII, a verdade é que nunca Herculano admitiu, de forma clara, a transformação operada em episódios que envolvessem personagens referenciais. Os comentários tecidos sobre a prisão de D. Teresa em «O Bispo Negro» (*Lendas e Narrativas*) mais não fazem do que deixar entrever o aproveitamento possível de eventos referenciados, acrescentando pequenos detalhes que os aproximam de passagens de romances de terror.

A cautela em atribuir a personagens referenciais atitudes e protagonismos que não corresponderiam às versões consideradas históricas, já levou Walter Scott e advertir, em *The Monastery*, para a necessidade de se acautelar a caracterização e funcionalidade dessas personagens.

Mistakes of place or inanimate things referred to, are of very little moment; but the ingenious author ought to have been more cautious of attaching real names to fictitious characters (Scott 1868: 389)

É esta questão que leva, frequentemente, os autores a evitarem colocar as personagens históricas em primeiro plano, relegando-as para um papel que não implique grandes envolvimento em enredos fictícios. Regra geral, Alexandre Herculano, nos romances, não foge à regra, embora em *O Monge de Cister*, haja algum predomínio do Mestre de Avis, como teremos ocasião de demonstrar.

No entanto, nem sempre o autor de *O Bobo* consegue escapar à tentação de unir o estritamente histórico com interesses directamente

relacionados com a trama que pretende desenvolver. Na pretensa ilusão de reiterar a verdade do narrado, através da existência de manuscritos ou documentos encontrados no pó das bibliotecas, Herculano, ao tratar de personagens, embora históricas, menos proeminentes e, logo, menos conhecidas do leitor, não se coíbe de modificar os factos ou de os tratar com uma precisão menor do que a tão repetidamente alegada. Será este o pecado que Camilo tantas vezes cometerá, quando não se abstém de inventar comportamentos, sucessos ou sentimentos diferentes dos historicamente comprováveis – poderíamos falar de Brás Luís de Abreu (*O Olho de Vidro*), de Domingos Leite Pereira (*O Regicida*), de António José da Silva (*O Judeu*) e de muitos outros que seria fastidioso enumerar.

Em Herculano, verdade seja dita, este procedimento é mais moderado e percebemos que há a preocupação de não se afastar muito dos dados históricos. Em *O Monge de Cister*, porém, e além de uma falsa ingenuidade, que tentaremos demonstrar, há um caso flagrante de atropelo da verdade: falamos de Fernando Afonso, dos seus amores com a irmã do protagonista, Beatriz, e, posteriormente, com a antiga namorada e prometida do primeiro, Leonor. A coexistência de personagens inventadas, como as femininas, com o camareiro de el-rei, deu azo a liberdades que, com certeza, passarão despercebidas ao leitor menos preocupado em detectar anomalias. A epígrafe do capítulo XXIX, «Conclusão», tirada da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, parece querer reiterar mais uma vez ao leitor a veracidade dos acontecimentos constantes no manuscrito que «só [ele] viu» (Herculano s/d c II: 380). Uma consulta, mesmo rápida, à referida Crónica e ao seu capítulo CXXXVIII, «Como el rei casou algumas domzellas e mamdou queimar hum seu camareiro moor» (Lopes 1949 II: 300-303) revela-nos, sem sombra de dúvida, o embuste de Herculano. Com efeito, a semelhança dos eventos não consegue esconder a diferença de nomes e de circunstâncias. Se Fernando Afonso é realmente castigado com a morte pelo fogo e a sua amada (Beatriz) vai exilada para Castela (também Leonor, no romance, tem sorte idêntica), a verdade é que, e pelo que sabemos, a história de Beatriz em nada se compara à de Leonor, nem traz consigo a maldição que pesa sobre esta. Apesar das semelhanças das frases, percebemos a liberdade de Herculano e o aproveitamento que faz de um episódio com muito menos ingredientes românticos. A comparação entre a Crónica e o romance será duplamente esclarecedora – a veracidade e semelhança do facto e a disparidade nos detalhes:

Pedio FernamdAfonso a el Rei licença pèra hir de pee a Samta Maria de Guoadeloupe, e os dias que emtemdeo que podia poer na hida e vimda, aquelles jouve em casa de dona Briatiz, e huu seraom que vinha da romaria que nã fizeera. (...) El Rei como foi na câmara, mamdou chamar o corregedor [Gill Annes], o quall como veio, dise el Rei que tomase FernamdAfonso e o levaase a cadeia. (...) E decemdo do paço e himdo direito da porta dAlfoffa, deu aos pees triguosamente e meteose em Samto Eloi, que he [hi] acerqua, çarramdo as portas sobre sy, elle e alguus que com elles foram. (...) E batemdo a porta nã queriam abrir; e como souberam que era el Rei, FeramdoAfonso se deceo do coro, e sobio a preesa no altar maior, abraçamdose com a imagem de Nosa Senhora que ali estava. E el Rei tanto que emtrou, e o vio estar, mamdou que o tirasem dali; e nam pode ser tirado que nam deese com a imagem em teerra, que loguo quebrou, a quall el Rei depois mamdou correger, e deu hu callez e outras cousas. (...) E el Rei sospeitou porque se detinham, e mādou a presa que se despachasem, e deram lhe o fogo e asy morreo. A qual morte poos grande espamto em todollos da casa del Rei que esto viram, damdo sobre ello desvairadas semtemças. E dona Briatiz cuidou de ser morte, e trabalhouse de saber del Rei que vomtade era a sua. El Rei dise que nã queria della outra vimgũaça senam seer elle doestada, e a linhagem de que rera, e vella a barreguam de FernamdAfonso. Emtam há lamçou de sua mercê, e ffoise pèra Castella vivemdo com emcitada ffama. (Lopes 1949: 301-303)

e

“Sim, Fernando. A galeria estará deserta como agora. A rainha dispensou-me de acompanhar três dias. D. Philippa é indulgente quando se tracta de actos de devoção. Foi esse o pretexto com que me encubri.”

“E o meu será entretanto o mal que hoje inventei. Elrei julga-me gravemente enfermo. Amanhan a ventura não me fugirá como hoje... amanhan, senhora... Oh, quanto serei feliz!” (Herculano s/d c II: 164-165);

“Mandae levar este homem aos sótãos da alcáçova. Depois, um poste sobre uma pilha de lenha no rocio de Valverde prompto ao romper d'alva. Perecerá pelo fogo o servo infame que affrontou seu senhor...” (Herculano s/d c II: 290-291);

(...) o murmúrio dos que seguiam o rei, sem saberem ao certo que tenções eram as suas, despertaram no mancebo, com a idéa vaga de imminente perigo, os instinctos da salvação. Trepando machinalmente ao altar, foi abraçar-se a uma imagem da Virgem ahi collocada. (...) Precipitado por cima do altar, veio bater de bruços na borda do suppedaneo, e a imagem da Mãe de Deus baqueiou d'envolta com elle. A um signal de D. João I, os besteiros conduziram ou antes

arrastaram para fora da igreja o malaventurado, que, reduzido a uma espécie de paralytia moral, perdera, até, a consciência do seu tremendo destino. (Herculano s/d c II: 349-350);

(...) o escudeiro, voltando a cara ao crucifixo, morreu impenitente e derramado. (Herculano s/d c II: 358);

Leonor, logo que soube ter-se cumprido a horrível sentença, que ella própria ouvira proferir contra o seu amante, mandou perguntar a elrei se devia também dispôr-se para morrer. O monarcha respondeu que não; que della, tão illustre por sangue e estado, era vingança sobrja o haver sido barregan de um obscuro escudeiro. Expulsa do paço, a formosa viúva retirou-se para Castella, levando escripto na fronte um nome envilecido e deshonorado. (Herculano s/d c II: 361-362).

Foram longas as citações mas esclarecedoras. Em *O Monge de Cister*, o episódio enlaça-se com uma trama mais vasta e que pretende demonstrar a inevitabilidade da maldição de Vasco, irmão desonrado e noivo traído – a figura de Fernando Afonso, culpado dos dois crimes, não pode atrair a simpatia do leitor, que é levado a assumir o ponto de vista de Vasco, manipulado por uma focalização e um discurso que lhe condiciona a opinião.

O exercício comparativo que levámos a cabo destina-se exactamente a demonstrar que o rigor de Herculano pode falhar, ou antes, pode também inflectir a leitura e manipular a opinião. Assumindo uma falsa ingenuidade, isto é, reiterando objectividade e precisão, ele pode dar-se ao luxo de, através de procedimentos vários, como a adjectivação, criar a sua própria interpretação de factos e personagens históricos e forçar uma visão interpretativa que deixa pouca margem a discussão.

Neste estudo, consideramos dois aspectos que se interligam para atingir os propósitos pré-definidos: os modos e estratégias de legitimação da nacionalidade e os modos e estratégias de manipulação da opinião.

Os primeiros destinam-se a criar a ideia de nação (Sauer e Wright 2010), legitimando, no caso português, a reconstituição nacional depois das invasões napoleónicas e da devastadora guerra civil. Procurando os seus motivos na Idade Média e em momentos-chave (invasão dos árabes e início da Reconquista cristã, luta de D. Afonso Henriques e D. Teresa, consolidação da independência depois da batalha de Aljubarrota), Herculano personifica os símbolos portugueses (Duran-Le Guern 2005) em figuras incontestáveis e facilmente reconhecidas. O seu modo de

encontrar motivos de legitimação vai-se estruturando em pequenos pormenores que marcam a diferença entre os dois tempos («ainda não existia a individualidade do homem de guerra, hoje completamente annullada pelo valor fictício a que chamamos disciplina», Herculano s/d a: 76), acentuando, por vezes, a superioridade do passado: «modificações necessárias nas leis do império romano, que se derramavam então a esmo sobre Portugal, como hoje os nossos legisladores de agua morna nos affogam em leis francesas.» (Herculano s/d c II: 7).

A caracterização dos legisladores modernos já implica uma tomada de posição e a aceitação da supremacia antiga. O mesmo se passa com a construção do herói que, longe de possuir características inerentes ao universo ambíguo e tortuoso de oitocentos, tem, antes, valores e actuações dignas do maniqueísmo medieval e do semi-deus. Eurico ou D. Afonso Henriques, como, aliás, muitas outras personagens (as freiras do mosteiro, por exemplo) possuem, embora de modo diferente, essa aura de infalibilidade mística, bem presente nos feitos do cavaleiro negro, máscara e simulacro de Eurico. A tónica posta em feitos heróicos, sublinhando-se o papel do padre godo, bem como do primeiro rei, de Gonçalo Mendes da Maia e de outros, transforma-os em símbolos da nacionalidade e em exemplos para os dirigentes do liberalismo. De igual forma, as heroínas, sobretudo Hermengarda e Dulce, constituem-se como heroínas românticas *sui generis*. E porquê? Porque, apesar da inegável pertença a esse universo de paixões e procedimentos, ambas, mulheres-anjo, se pautam por valores que se aproximam da fronteira entre o humano e o divino: Hermengarda, ao correr o risco de ser vendida para um harém muçulmano, pretende desfigurar-se, num acto de heroísmo, digno de qualquer mártir medieval; Dulce casa com um homem de quem não gosta para salvar o bem-amado e, perante a falência do seu intento, morre.

A semelhança entre alguns destes actos e os presentes no romance negro (Durand-Le Guern 2005) devem ser considerados numa dupla perspectiva: se, indubitavelmente, o romance gótico ou negro é do agrado dos românticos, também não deixa de ser verdade que os factos narrados nestas obras de Herculano se destinam a realçar a faceta heróica e impoluta das personagens em jogo.

Na galeria dos actores que, directa ou indirectamente, se desenhavam como modelos de legitimação, estão os marginais e o povo em geral, dilacerado por guerras civis: entre godos (*Eurico o Presbítero*) e entre portugueses (*O Bobo*). O paralelismo com o presente do século XIX é tão

evidente que dispensa explicações supérfluas:

Uma longa paz com as outras nações tinha convertido a antiga energia dos godos em alimento das dissensões intestinas, e a guerra civil, gastando essa energia, havia posto em lugar della o habito das traições covardes, das vinganças mesquinhas, dos enredos infames e das abjecções ambiciosas. (Herculano s/d b: 5)

e

(...) a cruel necessidade de serem inimigos e perseguidores de compatricios e irmãos, com grande e interior magua sua, como nós e o leitor perfeitamente sabemos costuma acontecer em taes casos! (Herculano s/d a: 86)

De entre os marginais destacam-se os truões de dois dos romances: Dom Bibas de *O Bobo* e Alle de *O Monge de Cister*. Em ambas as obras, estas personagens têm um papel que ultrapassa o de simples embraiadoras, como poderia, aparentemente, ser o caso. O código de honra por que os dois se regem não é, evidentemente, inocente e não pode ser só explicado na linha romântica de reabilitação dos extractos sociais mais desfavorecidos. É Alle quem recolhe Beatriz, quando esta, desesperada, pensa no suicídio e que favorece o reconhecimento com o irmão, Vasco; é Dom Bibas, quem detém o poder de entregar Guimarães ao filho de D. Teresa:

e era elle villão humilde, elle jogonal, elle verme desprezível que o mui nobre conde crera esmagar num momento de cólera, quem podia entregar Guimarães ao infante, e despedaçar nas mãos do ambicioso e altivo barão não só o poder mas a vida (Herculano s/d a: 194).

É, aliás, neste mesmo romance que Herculano transfere para a figura do bobo as prerrogativas decorrentes da Revolução Francesa e do liberalismo:

Tal era o aspecto grandioso e poetico daquella entidade social exclusivamente própria da idade média, padrão levantado á memoria da liberdade e igualdade, e ás tradições da civilização antiga, no meio dos séculos da jerarchia e da gradação infinita entre homens e homens. (Herculano s/d a: 31)

Pelos exemplos acima transcritos já percebemos que Herculano se serve do passado como um ecrã ideológico para o presente (Shaw 1983) condicionando a leitura que dele pudéssemos fazer, ao usar e abusar de

pequenos detalhes discursivos. A verdadeira manipulação reside, porém, na focalização, por vezes, voluntariamente, externa, ou na ironia presente em adjectivações que estão longe de ser ingénuas. Sob a capa de uma objectividade feroz, o autor impõe a sua leitura, interpretando factos e caracteres, mediando a apresentação das personagens com um discurso altamente indutor de opinião. Vejamos um primeiro exemplo, que nos ajudará a perceber o que pretendemos significar:

Eram, de feito, os recém-chegados Gonçalo Vasques Coutinho, Egas Coelho, filho de um dos matadores d'Ignez de Castro, e os dous Pachecos, filhos de outro assassino seu (Herculano s/d c I: 168, sublinhados nossos)

O mesmo se passa quando se fala do povo e dos nobres e da relação de ambos com a coroa. A tradicional aliança entre os primeiros e a última parece imbuir-se de segundos sentidos quando se lê que

Ahi, a grande voz do homem de trabalho fazia-se, muitas vezes sem elle o saber, interprete dos desejos da coroa, que parecia ceder ás petições populares e que na realidade só cedia ao instinto do próprio interesse. (Herculano s/d c I: 193).

No entanto, a manipulação mais subtil, mas também a mais conseguida, verifica-se no tratamento dado a personagens referenciais cuja imagem o leitor já tem mais ou menos estruturada: D. Teresa, Fernão Peres de Trava, D. João de Ornelas, abade de Alcobaça, D. João I, Fernando Afonso, João das Regras e Mem Bugalho, que funcionará como personagem referencial enquanto representante de um tipo social.

Enquanto Fernão Peres de Trava é claramente vilipendiado, a D. Teresa concede-se sempre o benefício da dúvida, conveniente para não descrever demasiado negativamente, a mãe do primeiro rei, fundador e legitimador da nacionalidade.

Fernão Peres de Trava é «o malvado» (Herculano s/d a: 249), tem a «alma dura e orgulhosa» (Herculano s/d a: 235) e é «o soberbo estrangeiro» (Herculano s/d a: 277); já as atitudes de D. Teresa oscilam entre a submissão ao Conde de Trava e o amor reprimido pelo filho – a ambiguidade de que se reveste esta personagem destina-se a retirar-lhe o ferrete da ignomínia que o Conde terá de suportar sozinho.

Aliás, Herculano não deixa lugar a dúvidas quando explica a importância de crenças legitimadoras:

Devemos crer, ao menos piamente, que o conde Henrique, na época em que alevantou o castello de Guimarães, não lançou nos fundamentos do seu edificio suberbo um cárcere seguro e vasto com os intuitos de rapina que guiavam o commum dos senhores nestas tristes edificações. Ainda que algum documentinho de má morte provasse o contrario cumprir-nos-hia pô-lo no escuro, ou contestar-lhe francamente a autenticidade, porque o conde foi o fundador da monarchia, e a monarchia desfunda-se uma vez que tal cousa se admitta. (Herculano s/d a: 252-253).

Perante tal afirmação, resta-nos admitir que os processos de Herculano se destinam também a formar a opinião e, em última análise, a interferir no presente.

Se nos detivermos em *O Monge de Cister*, apreenderemos a importância de pequenos comentários, de adjectivos colocados com propriedade, de apreciações quase escondidas no meio da trama.

A classificação do abade de Alcobaça como «aranha venenosa» (Herculano s/d c II: 133) tem paralelismos evidentes nos epítetos que caracterizam o Dr. João das Regras e que demonstram a complexidade da personagem, que Herculano não se atreve a denegrir completamente, optando por referir-se-lhe de forma irónica: «Era um sancto e pacato homem aquelle João das Regras!» (Herculano s/d c I: 210); «o sancto-homem de João das Regras» (Herculano s/d c II: 72); «porque, bem como todos os ministros velhos e novos (sabemo-lo por experiencia quotidiana), o doutor João das Regras ardia em sancto amor da pátria.» (Herculano s/d c II: 337); «Os destinos fizeram uma das suas, mettendo brutalmente cem annos de distancia entre essas duas almas cândidas [D. João II e o Dr. João das Regras], que tinham nascido para se comprehenderem e amarem. (Herculano s/d c II: 363). Outras vezes, a ironia cai e aparece «o coração frio e arido» (Herculano s/d c II: 41) e a «alma tenebrosa» (Herculano s/d c II: 341). No entanto e, apesar das evidentes reservas, o narrador (e Herculano) reconhece a importância da estratégia do magistrado quando escreve que

João das Regras era o nó da triplíce alliança; era o homem da idéa juvenil. Nunalvares, chefe da nobreza, o homem da idéa gasta e decadente. (Herculano s/d c II: 81).

Embora de modo mais subtil, a figura do rei D. João I vai também sendo construída de molde a criar uma personagem que não se afaste do cânone («príncipe geralmente amado por suas bondades e cavallarias.», Herculano s/d c I: 115), mas que deixe entrever uma outra faceta de carácter que melhor se adapte às exigências do enredo, servindo, simultaneamente, de indicador da opinião do sujeito:

A elrei sentiam-se-lhe ranger os dentes convulsamente, nos cantos da boca alvejava-lhe a espuma, e nos olhos pequenos e vivos lampejavam-lhe aquellas chipas brilhantes, que, a dizer a verdade inteira, faziam estremecer o próprio João das Regras. (Herculano s/d c II: 290)

Em relação a Fernando Afonso, personagem menos conhecida do leitor e, por isso, menos condicionada a um modelo pré-estabelecido, todos os elementos do discurso concorrem para o tornar odioso: «Fernando seguira inteiramente os instintos da sua casta, casta opressora e damninha» (Herculano s/d c I: 170); «índole má e perversa», «sentimentos ignóbeis» (Herculano s/d c I: 171); «Incapaz de affectos puros» (Herculano s/d c I: 173).

Um caso também interessante é o de Mem Bugalho, burguês encarregado de fazer valer nas cortes as petições dos concelhos, e que se deixa iludir por um nobre, acabando por trair os da sua classe, enganado por lisonjas hipócritas. O ridículo, associado a esta personagem, tem como consequência a impossibilidade de comunhão perfeita com ele, mesmo percebendo a justeza de alguns dos seus pontos de vista. Se quisermos compreender o sentido da estratégia de Herculano, teremos de ter em conta a ambiguidade e a dificuldade em aderir completamente ao paradigma incarnado pelo procurador popular, o que resulta numa atitude crítica e desassombada, que permite distanciamento e análise das várias forças sociais em jogo.

Para terminar, gostaria apenas de salientar a técnica usada pelo autor de *Eurico o Presbítero* para, através de uma narração pretensamente preocupada em recriar os tempos passados e em ensinar História ao povo inculto, conseguir incluir todos os ingredientes necessários para inflectir a opinião no sentido que mais lhe convém. A subjectividade não reside

apenas no enredo romântico que se destina a amenizar os rigores do estudo histórico, ela reside também, e sobretudo, nos interstícios de um discurso que insinua ao leitor a interpretação correcta e lhe deixa pouca margem de especulação.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ANSEL, Yves (2000), «L'Irrésistible Ascension du Romanesque dans le Roman Historique», PEYRACHE-LEBORGNE, Dominique e COUÉGNAS, Daniel, *Le Roman Historique – Récit et Histoire*, Nantes, Collection «Horizons Comparatistes», Université de Nantes, 110-117.

BELHADJIN, Anissa (2008), «Le Roman Noir, un espace privilégié pour le Romanesque de l'Histoire?», REFFAIT, Christophe, direcção de, *Romanesque et Histoire*, Centre d'Études du Roman et du Romanesque de l'Université de Picardie – Jules Verne, Encreage Université

DURAND-LE GUERN, Isabelle (2005), *Le Moyen Âge des Romantiques*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes

FERNÁNDEZ PRIETO, Celia (1998), *Historia y Novela: Poética de la Novela Histórica*, Pamplona, Ediciones Universida de Navarra, S.A.

FLEISHMAN, Avrom (1971), *The English Historical Novel – Walter Scott to Virginia Woolf*, Baltimore e Londres, The John Hopkins Press

HERCULANO, Alexandre (s/d a), *O Bobo*, edição definitiva conforme as edições de vida do autor, dirigida por David Lopes, Lisboa, Livr. Bertrand [1843]

HERCULANO, Alexandre (s/d b), *Eurico o Presbítero*, edição definitiva conforme as edições de vida do autor, dirigida por David Lopes, Lisboa, Livr. Bertrand e Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves [1844]

HERCULANO, Alexandre (s/d c), *O Monge de Cister*, Lisboa, Livr. Bertrand, 2 volumes [1848]

LOPES, Fernão (1949), *Crónica de D. João I*, edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização Editora, Biblioteca Histórica – Série Régia

MAIGRON, Louis (1912), *Le Roman Historique à l'Époque Romantique – Essai sur l'influence de Walter Scott*, Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion, Editeur [1898]

MARINHO, Maria de Fátima (1999), *O Romance Histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras

OREL, Harold (1995), *The Historical Novel from Scott to Sabatini*, Nova Iorque, St. Martin's Press

PEYRACHE-LEBORGNE, Dominique e COUÉGNAS, Daniel (2000), *Le Roman Historique – Récit et Histoire*, Nantes, Collection «Horizons Comparatistes», Université de Nantes

REFFAIT, Christophe, direcção de (2008), *Romanesque et Histoire*, Centre d'Études du Roman et du Romanesque de l'Université de Picardie – Jules Verne, Encrage Université

SAUER, Elizabeth e WRIGHT, Julia M., edited by (2010), *Reading the Nation in English Literature: A Critical Reader*, Londres e Nova Iorque, Routledge

SCOTT, Walter (1868) *The Monastery*, Edinburgh, Adam and Charles Black, [1820]

SÉGINGER, Gisèle, textos reunidos por (2005), *Écriture(s) de l'Histoire*, Estrasburgo, Presses Universitaires de Strasbourg

SHAW, Harry (1983), *The Forms of Historical Fiction – Sir Walter Scott and His Successors*, Ithaca and London, Cornell University Press

VV.AA (2009), *Cinco Miradas sobre la Novela Historica*, Madrid, Ediciones Evoché